

“COMO ELEGER UM PRESIDENTE MUÇULMANO?” A DISTOPIA E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E DE RESISTÊNCIA DO ISLÃ

Rafael Camargo de Oliveira¹
Kátia Menezes de Sousa²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo verificar os processos de objetificação e subjetivação do sujeito muçulmano passando pela atualidade a partir de um exercício de possibilidade por meio da obra distópica intitulada *Submissão* (Michel Houellebecq), utilizada como *corpus* de análise do presente trabalho. E é a partir dos elementos que constituem o sujeito e que exercem o poder sobre este que pretendemos chegar às resistências. Para a realização de todo esse processo, faremos uso das contribuições de Michel Foucault em suas fases arqueológica e genealógica, enfatizando as relações de saber-poder, as tecnologias do poder e seu uso na fabricação de sujeitos disciplinados, dóceis, produtivos. O percurso desenvolvido aqui não pretende necessariamente responder à questão título deste artigo (Como eleger um presidente muçulmano no Ocidente?), mas explicitar todo um mecanismo de controle por meio de dispositivos políticos, midiáticos e de segurança.

Palavras-chave: biopolítica; poder disciplinar; distopia.

“HOW TO ELECT A MUSLIM PRESIDENT?” DYSTOPIA AND ISLAM’S PROCESSES OF SUBJECTIVATION AND RESISTANCE

ABSTRACT: This article aims to verify the processes of objectification and subjectivation of the Muslim subject passing through the present time from an exercise of possibility through the dystopic work entitled *Submission* (Michel Houellebecq), used as *corpus* of analysis of the present work. And it is from the elements that constitute the subject and that exercise the power over those that we intend to arrive at the resistances. In order to carry out this whole process, we will make use of the contributions of Michel Foucault in his archeological and genealogical phases, emphasizing the relations of know-power, the technologies of power and their use in the production of disciplined, docile, productive subjects. The course developed here does not necessarily intend to answer the title of this article (How to elect a Muslim president in the West?), but to explain an entire mechanism of control through political, media and security devices.

Keywords: biopolitics; disciplinary power; dystopia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este breve texto pretende analisar os processos de subjetivação e a resistência na constituição do sujeito muçulmano através de uma análise dos conceitos que a atualidade

¹ Mestrando em Letras e Linguística da Faculdade de Letras – UFG. rafaelcamargodeoliveira@hotmail.com.

² Professora Associada do Departamento de Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. km-sousa@uol.com.br.

atribui a estes indivíduos e da possibilidade de uma sociedade em que os muçulmanos conseguem eleger um presidente no Ocidente, mais especificamente, na França. Para realizar o estudo de como os mecanismos de poder atuam sobre os indivíduos que compõem o Islã, utilizaremos como materialidade empírica a recente obra *Submissão* (Michel Houellebecq), classificada como uma distopia do presente.

Quanto ao termo distopia, utilizaremos as definições de Aldridge (1978). A autora entende a distopia como um espaço que se apresenta como alternativa social e política a um determinado contexto, ou melhor, como a visão negativa deste mundo, tal como os mitos distópicos presentes na bíblia (o inferno), na mitologia grega (o Hades) e nórdica (o submundo). Sobre o uso do termo “presente”, muitos críticos consideram a obra de Houellebecq uma distopia do presente por tratar de um tempo próximo (o ano de 2022) e de uma realidade possível dentro deste espaço temporal estabelecido. Desta forma, a obra *Submissão* é classificada como uma obra de ficção científica distópica (ou uma obra do subgênero literário distopia).

Para desenvolver as análises que compreendem o sujeito muçulmano na atualidade e na obra *Submissão*, utilizaremos as concepções desenvolvidas pelo filósofo Michel Foucault, partindo dos seus estudos do poder que devem ser vistos como *relações de poder*, fazendo oposição a “um poder” único e homogêneo. O poder, na visão do autor, é diversificado e heterogêneo (FOUCAULT, 1995) e será esta, portanto, a preocupação da primeira parte de nosso texto: explicar o conceito de poder em Foucault e a relação deste com o saber e como o poder-saber atua na constituição do sujeito (no nosso caso, o sujeito em questão é o sujeito muçulmano). Ainda no primeiro tópico deste texto, procuramos falar sobre as tecnologias do poder disciplinar e de um poder que agirá sobre as populações por meio das instituições responsáveis pela fabricação de certos tipos, considerados dóceis e úteis.

Na segunda parte, será feita a análise do livro *Submissão*. Verificaremos como se aplicam as relações poder-saber e como atuam as instituições que possuem e exercem o poder sobre a população. Em seguida, investigaremos como é constituído e como resiste o sujeito muçulmano na obra que, ao início, assume uma determinada posição-sujeito e que, ao final, ocupa uma nova posição e usufrui de um novo *status* perante os demais. Ressaltamos, também, as formas de controle pelo poder disciplinar que agem na população para geri-la “[...] em profundidade, em firmeza, no detalhe” (FOUCAULT, 2003a, p. 302), ou seja, analisamos a população como novo objeto do governo e as consequências desta nova relação.

A RELAÇÃO PODER-SABER E O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DO SUJEITO MUÇULMANO

Partindo de uma arqueogenealogia foucaultiana, será possível estabelecer como o saber emanado das instituições autorizadas se articula com o poder e atua na constituição dos sujeitos. Segundo Silva (2004, p. 160), é nessa relação entre o saber e o poder “que podemos chegar aos efeitos de poder, como ele age sobre o sujeito, como esse responde a seus efeitos, como essa relação se apresenta no discurso”. O indivíduo é, portanto, uma fabricação do poder. Porém, para entendermos de fato como ocorre essa constituição, é preciso antes, compreender o que Foucault entende por poder, que, segundo ele, atua sobre os indivíduos, os subjetiva e os constitui.

Foucault (2003b) explica que, muitas vezes, o poder é associado a mecanismos de dominação ligados aos aparelhos do Estado. O que se vem à mente quando se fala em poder são instituições como a polícia, a justiça ou o exército. Entretanto, Foucault acrescenta que esta relação pode ocorrer de diversas formas e nas mais diversas esferas sociais, como na família (a relação entre pais e filhos), entre professores e alunos, entre homens e mulheres. O que se expõe aqui é que essas relações ocorrem de maneiras distintas, como microlutas, pequenos enfrentamentos. Sendo assim, o poder não é único e centralizador e sim uma rede heterogênea.

A noção que se estabelece de poder é de um poder que não é exercido apenas por uns e outros, por um Estado ou rei que o centralizam. Ele também não é inteiramente repressivo e negativo, pois

Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acreditaria que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso (FOUCAULT, 1979a, p. 7-8)

E é válido ressaltar que Foucault não nega um poder atuando de forma repressiva e ideológica. Ele apenas rejeita uma carga negativa atribuída ao termo e faz suas análises por

meio de uma ótica produtiva fortemente negada pelo humanismo³. O poder, para Foucault, continua atuando em prol do Estado, mas sob a forma de micropoderes. Para explicar como esse poder ascendente atua, Foucault utiliza como exemplo o serviço militar obrigatório. Será que ele seria aceito, se não houvesse “[...] todo um feixe de relações de poder que o liga a seus pais, a seu patrão, a seu professor [...] que lhe enfiou na cabeça tal ideia?” (FOUCAULT, 2003b, p. 231).

E é a partir dessa concepção de poder que passamos a entender como ele se relaciona com os saberes. Poder e saber não estão separados, um produz o outro. Se há um saber, ele automaticamente instaura um exercício de poder. Por exemplo, os saberes dos médicos instauram um exercício de poder sobre seus pacientes. O mesmo ocorre com o saber religioso do pastor/padre sobre seus fiéis, o saber da psiquiatria sobre os loucos etc. Esses saberes são institucionalizados e produzem, fabricam, constituem sujeitos a partir das tecnologias de poder.

Em *Vigiar e punir* (2011) somos apresentados ao panoptismo, uma espécie de vigilância individual, que atua em prol de um poder disciplinar, para normalizar os indivíduos, discipliná-los. Inicialmente aplicado nas prisões, o panoptismo se expandirá para toda a esfera social e suas respectivas instituições: escolas, fábricas, hospitais etc. O importante aqui é a vigilância dos indivíduos para que se possa saber quais são as atividades desenvolvidas e como elas são desenvolvidas. Em seguida, é preciso desenvolver meios capazes de fazer com que esses indivíduos produzam mais e com melhor qualidade e desempenho. Compreende-se, portanto, o papel das instituições que não procuram excluir os indivíduos, mas fixá-los. Nestes termos, “a escola não exclui os indivíduos; mesmo fechando-os; ela os fixa a um aparelho de transmissão do saber” (FOUCAULT, 1996, p. 114).

As instituições possuem uma finalidade primeira que é a normalização dos indivíduos. Elas são responsáveis por subjetivar e, conseqüentemente, objetivar os indivíduos. Sobre a subjetivação, Revel (2011), diz tratar-se de

Um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade. Os “modos de subjetivação” ou “processos de subjetivação” do ser humano correspondem, na verdade, a dois tipos de análise: por um lado, modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos – o que significa que há apenas sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de

³ Em *Para Além do Bem e do Mal* (2014a [1971]), Foucault diz que o humanismo foi o responsável pela criação das soberanias sujeitas (ou soberanias submissas) em que o indivíduo deveria negar o poder (visto aqui em sua concepção negativa), ou seja, “em resumo, o humanismo é tudo aquilo pelo que no Ocidente *barrou-se o desejo do poder* – proibiu-se querer o poder, excluiu-se a possibilidade de assumi-lo” (p. 64)

objetivação; por outro lado, a maneira pela qual a relação com o si, por meio de uma série de técnicas de si, permite ao ser humano se constituir como sujeito de sua própria existência (HOUELLEBECQ, 2015p. 144)

Pelo processo de subjetivação e objetivação dos indivíduos é possível classificá-los e dividi-los entre o normal e o anormal, o louco e o são, o doente e o saudável, o cidadão de bem e o criminoso. Esse processo faz parte das técnicas de governamentalidade⁴, que é instaurado por um biopoder, a partir de uma biopolítica⁵

As relações entre saber e poder nos ajudam a compreender como se fabricam as subjetividades do sujeito muçulmano. Para educar/disciplinar a população há um dispositivo político e midiático que utiliza certos saberes para construir o sujeito muçulmano no imaginário do ocidente. Sendo assim, associa-se ao muçulmano à imagem de um sujeito ligado fortemente a suas raízes religiosas, vistas como atrasadas, propenso a atitudes e atividades radicais em prol de sua religiosidade. A figura do muçulmano é confundida (e por vezes misturada) com o grupo extremista Estado Islâmico, responsável por ataques como os atentados ao jornal francês Charlie Hebdo⁶ e à casa de shows Bataclan⁷.

Aos muçulmanos resta resistir a essa imagem negativa que os constitui, desconectando-se do rótulo de terroristas em potencial, e lutar contra a islamofobia midiática e estatal que permite, por exemplo, que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, diga que um soldado americano de origem islâmica não pode ser reconhecido por seus feitos por não ser um típico americano ou, ainda, que defenda leis que proíbam aos muçulmanos viver no país⁸. Essa onda antiárabe também atinge a Europa, intensificando a crise imigratória e

⁴ Foucault (2003a) nos apresenta três pontos sobre o que significa a palavra “governamentalidade”. Primeiro, como um conjunto de estratégias, estatísticas, cálculos e instituições que permitem exercer de forma específica o poder que tem como alvo as populações. Governamentalidade também é uma ciência política que reúne saberes de um governo que inclui soberania e disciplina. E, por último, “governamentalidade” pode ser entendida como, nas palavras do autor, “[...] o processo pelo qual o Estado de Justiça da Idade Média, tornado nos séculos XV e XVI Estado Administrativo, encontrou-se, pouco a pouco, “governamentalizado” (p. 303).

⁵A biopolítica trata-se de um poder que se ocupará da higiene, alimentação, natalidade, saneamento e de tudo que se torna responsável pela vida das populações. Atuará sob a forma dos biopoderes locais e, ainda que distinto do poder disciplinar, trará não só mecanismos de normalização como também de normatização, regulamentados pelo Estado com apoio dos saberes científicos como o das Ciências Exatas, Biológicas, Estatísticas etc. (FOUCAULT, 2008a)

⁶ Disponível em <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/doze-pessoas-morrem-em-atentado-ao-jornal-frances-charlie-hebdo.html>>. Acesso em 07 setembro 2016

⁷ Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/09/internacional/1449652933_139275.html>. Acesso em 07 setembro 2016.

⁸ Disponível em <<http://www.tvi24.iol.pt/internacional/donald-trump/trump-ataca-pais-muculmanos-de-soldado-americano>>. Acesso em 07 setembro 2016.

levando, por exemplo, à proibição do burkini⁹ por parte dos representantes da Frente Nacional (partido francês de extrema-direita, de Marine Le Pen), declaradamente islamofóbico¹⁰.

SUBMISSÃO, DE MICHEL HOUELLEBECQ: O PRESIDENTE MUÇULMANO E A RESISTÊNCIA

Submissão (2015) foi lançado como o livro mais polêmico do ano. Dentre as polêmicas que o circundam, destacamos duas: a caracterização que o autor dá a população muçulmana que vive atualmente na França (muitos viram como uma sátira e como profundo desrespeito às raízes do islamismo); e o atentado ao jornal francês Charlie Hebdo, que ocorreu praticamente na mesma época do lançamento do livro, o que fez com que algumas pessoas considerassem o lançamento um certo oportunismo da parte de Michel Houellebecq¹¹.

O romance se passa na França, em 2022, com as eleições presidenciais vencidas pelo candidato da chamada Fraternidade Muçulmana, Mohammed Ben Abbas. Os acontecimentos são narrados em primeira pessoa por François, um professor universitário, misógino e desiludido com os rumos que o país parece tomar. Por se tratar de um futuro não muito distante, a obra é tida como uma distopia do presente, diferentemente de *Admirável Mundo Novo*¹², que ainda nos parece um pouco mais distante de se concretizar.

Para a análise, é preciso, primeiramente, termos a noção do sujeito que fala na obra, ou seja, sua posição-sujeito, o lugar de onde François, o narrador, fala. Como professor de literatura da Universidade Sorbonne Nouvelle - Paris III, ele goza de certo grau de prestígio perante a sociedade. François demonstra claramente sua misoginia ao mencionar as alunas com quem se envolvera ao longo dos anos, destacando única e exclusivamente as habilidades sexuais das garotas. Apesar de ser declaradamente ateu, François parece se preocupar mais com seu status do que com suas convicções. Trata-se de um sujeito constituído a partir de uma lógica carreirista, misógina e preconceituosa (não só em relação aos muçulmanos, mas também aos negros).

⁹ Espécie de biquíni para mulheres muçulmanas que foi proibido nas cidades de Nice, Frejus e Cannes.

¹⁰ Disponível em <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Polemica-em-torno-do-burkini-escondimento-anti-arabe/6/36731>>. Acesso em 07 setembro 2016

¹¹ Disponível em <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2015/05/michel-houellebecq-projeta-uma-franca-sob-comando-politico-muculmano-no-livro-submissao-4754939.html#>>>. Acesso em 07 setembro 2016

¹² Admirável Mundo Novo foi escrito em 1932 pelo biólogo Aldous Huxley. Assim como *Submissão*, trata-se de uma obra literária do subgênero distopia. Nela, as pessoas vivem em uma sociedade em que não há o conceito de família e os indivíduos são fabricados (como em uma linha de produção de uma fábrica ou indústria). O autor utiliza sua obra para abordar temas complexos como o uso de drogas que trazem felicidade, a necessidade de sempre estar acompanhado (dizer não ao isolamento) e a configuração de uma sociedade que se sustenta a partir do consumo.

A partir da posição de sujeito que é assumida por François, percebe-se como se dá o processo de xenofobia, principalmente no campus universitário. Ao abordar dois muçulmanos à porta de sua sala, ele parece criar uma tensão que só parece justificável pela imagem estereotipada do Outro.

Atuando de maneira muito intensa sobre os indivíduos está o dispositivo midiático que constrói a imagem dos muçulmanos, dos candidatos à presidência, tanto da Fraternidade Muçulmana (partido do candidato Ben Abbas), quanto da Frente Nacional (partido de extrema-direita e um dos principais rivais da Fraternidade). O anúncio de certas questões bem como o silenciamento de outras visam a disciplinar os indivíduos. Ao não noticiar os conflitos políticos que ocorrem na França durante as prévias eleitorais, a mídia propõe a omissão de certos problemas e deixa em aberto a possibilidade da dúvida, em prol de um discurso do medo, que pode prejudicar os considerados diferentes e anormais (muçulmanos) e ajudar os comuns e normais (a extrema direita).

[1] Aí, a meu ver, está tão claro: realmente estão com medo de que a Frente Nacional ganhe as eleições. E qualquer imagem de violência urbana são votos a mais para a Frente Nacional. Agora é a extrema direita que tenta fazer a pressão subir. Evidentemente, nos subúrbios os caras reagem de imediato, a qualquer coisa; mas se você olhar bem, toda vez que a coisa saiu de controle nestes últimos meses, havia no início uma provocação anti-islã: uma mesquita profanada, uma mulher obrigada, sob ameaça, a tirar o *niqab*, em suma, coisas desse gênero. (HOUELLEBECQ, 2015, p. 55)

O silenciamento da mídia pode ser compreendido pelo fato de que tais ataques, atuando contra o sujeito muçulmano, podem desconstruir a imagem apocalíptica que o constitui. E o desafio para se eleger, do candidato Ben Abbas, da Frente Muçulmana, é justamente resistir ao poder que produz saberes sobre o muçulmano. Saberes negativos, prejudiciais à sua imagem. Recorrendo a Foucault (1979b), notamos, em Ben Abbas, o conhecimento de que a resistência deve ser como o poder. Em outros termos: ela precisa ser móvel e inventiva, heterogênea. E Ben Abbas é capaz de produzir novas subjetividades do sujeito muçulmano, pois, nas palavras do narrador, passou de um sujeito extremista, quase terrorista, a “um homem de moderação e diálogo” (HOUELLEBECQ, 2015, p. 96).

Para que o candidato muçulmano passasse a ser visto como um candidato viável era preciso que ele fosse transformado a partir de saberes já conhecidos. O que o tornou “moderado” não foi apenas a forma de falar, mas os discursos que o atravessaram. Ben Abbas abdicou de posturas radicais como, por exemplo, apoiar a independência da palestina. Os extremistas muçulmanos tiveram de ser afastados da Fraternidade Muçulmana, aproximando

o partido muçulmano dos interesses da população francesa como um todo. Era preciso cristianizar Ben Abbes. E cristianizá-lo significava afastá-lo do fundamentalismo islâmico.

[2] Levamos anos para nos convencer de que se Ben Abbes tinha de fato um projeto, e até um projeto extremamente ambicioso, este não tinha nada a ver com o fundamentalismo islâmico. Espalhou-se a ideia nos círculos da ultradireita de que, quando os muçulmanos chegassem ao poder, os cristãos seriam necessariamente reduzidos a um estatuto de *dhimmis*, cidadão de segunda classe. De fato, a dhimitude faz parte dos princípios gerais do islã; mas na prática o estatuto de *dhimmi* é extremamente flexível. O islã tem uma extensão geográfica enorme; a maneira como é praticado na Arábia Saudita não tem nada a ver com o que se encontra na Indonésia, ou no Marrocos. Quanto à França, estou absolutamente convencido – e disposto a bancar a aposta – de que não só nenhum entrave será imposto ao culto cristão, como os subsídios alocados às associações católicas e à manutenção dos edifícios religiosos serão aumentados; eles podem e permitir isso, pois as verbas alocadas às mesquitas pelas petromonarquias serão consideráveis. ((HOUELLEBECQ, 2015, p. 129)

E a personagem acrescenta que o inimigo dos muçulmanos não é o catolicismo, mas o “[...] secularismo, a laicidade, o materialismo ateu”. Portanto, para se resistir à imagem negativa construída sobre eles, foi preciso se associar, ou se inscrever, em saberes que mantivessem a lógica política, econômica e religiosa do catolicismo. O sujeito muçulmano foi subjetivado e objetivado em um sujeito de valores nobres próximos ou quase idênticos ao catolicismo. Só assim Ben Abbes conseguiu se eleger presidente da França.

O governo recém-eleito de Abbes demonstrou ser um sucesso, com a diminuição da delinquência e a taxa de desemprego em queda livre. Investiu-se nas escolas e foram realizadas várias outras reformas, com o objetivo de “dar o lugar de dignidade que a família, célula base de nossa sociedade, merece” (p. 167). Uma nova política se instaurava, a do distributivismo, ou uma espécie de autoempreendedorismo, como o próprio narrador descreve. A outrora resistência exercida sobre os sujeitos muçulmanos torna-se agora o poder em exercício porque, é válido lembrar, que há uma espécie de relação ontológica entre poder e resistência (SAMPAIO, 2006).

Uma “nova” política é adotada e defendida pelo governo da Frente Muçulmana, o chamado “casamento de interesse”. O objetivo é manter uma economia dentro da estrutura familiar, capaz de exercer forte controle sobre os indivíduos. O dispositivo midiático se põe em cena novamente, apresentando conversas com sociólogos, que explicam em minuciosos detalhes, a importância financeira e econômica em se adotar o casamento de interesse. Da Silva, o sociólogo com o saber científico e autorizado a falar sobre o assunto, afirmará que

[3] [...] o laço familiar, em especial o laço entre pai e filho, não podia de jeito nenhum se basear no amor, mas na transmissão de uma competência e de um patrimônio. A passagem generalizada ao regime de salários deveria necessariamente, a seu ver, provocar a explosão da família e a atomização completa da sociedade, que só conseguiria se refundar quando o modelo de produção normal fosse de novo baseado na empresa individual. ((HOUELLEBECQ, 2015, p. 170)

Vê-se novamente a atuação de um poder disciplinar e de normalização (biopolítica) que pretende agora agir não somente em indivíduos, mas em toda uma população. Criar hábitos, induzir tendências, explicar por meio das ciências biológicas e da estatística a importância do núcleo familiar, da empresa individual. Tudo em nome do progresso, da produtividade. Todos esses saberes são atravessados por um discurso religioso, mas não um islamismo secular. Esse islamismo foi reinventado, deixou de ser economicamente ultrapassado, não pretende mais “eliminar os inimigos” como os extremistas faziam. A “nova” religião segue os padrões do catolicismo, pretende a conversão, normalizando e homogeneizando esses sujeitos, que não são universais ou atemporais, e sim vítimas das relações de poder. Um poder que em *Submissão* é resistência que se torna poder e poder que se torna resistência. Um poder tão móvel que se fará presente nos saberes religiosos (cristãos, judeus, muçulmanos), econômicos, midiáticos, acadêmicos, etc. Um poder que atua sob a forma de um poder disciplinar e normalizadora, que também é um biopoder, e dita normas e condutas.

Quando a França passa de um estado laico para um estado islâmico, Abbas passa a atuar nas instituições, sendo a escola a principal delas. Ela será a responsável por formar indivíduos muçulmanos, pois as escolas agora ensinarão os valores da religião para normatizar, impor condutas. As escolas laicas continuam a existir, mas apenas como modelos que fogem à regra, “anormais”, porque a tendência é que todos se tornem muçulmanos, sujeitos que, agora, se vêem livres de toda aquela concepção negativa. Os muçulmanos passam a ser os bons cidadãos e não mais os terroristas.

O protagonista passa, assim, a fazer parte da resistência, afinal, em um estado islâmico, um ateu é visto como anormal, doente e precisa ser curado. E é o que começa a acontecer. François recebe de seu amigo, o atual reitor da sua antiga universidade (ele é aposentado por não seguir a religião muçulmana, não podendo, portanto, continuar a dar aula na instituição), um pequeno livro chamado *Dez perguntas sobre o islã*. Trata-se de um livro educativo e que pretende fabricar novos sujeitos, muçulmanos, claro. Vemos aqui a tecnologia do panoptismo adaptada a essa França Muçulmana, pois, no panoptismo, a

vigilância ocorre “ao nível não do que se faz, mas do que se é; não do que se faz, mas do que se pode fazer” (FOUCAULT, 1996, p. 104). O panoptismo é, portanto, uma tecnologia de normalização que atua pelo saber. François era um ateu, um indivíduo de valores que não corresponde à atual situação da França, um anormal, um estranho, e ele precisava ser recuperado, ser subjetivado, se tornar um muçulmano, um indivíduo de acordo com os novos modelos em exercício.

É importante notar que há todo um esforço do novo governo em regulamentar suas práticas ou em manter outras práticas. Tudo isso deixa claro a preocupação que é, antes de tudo, econômica. A valorização da nova instituição familiar não pretende destruir a antiga, mas mantê-la e, se possível, melhorá-la. O que não é concebível (e nem era anteriormente) é não possuir família. A lógica desse poder é aquela do poder pastoral que se “exerce menos sobre um território fixo”, pois “trata-se de um poder que individualiza, atribuindo, um paradoxo essencial, tanto valor a uma única ovelha quanto ao rebanho todo” (FOUCAULT, 2014b, p. 337). O projeto desse novo poder que anteriormente resistia, agora parece exprimir as “velhas novas ideias”. A Fraternidade Muçulmana é a transposição quase fiel desse “mudar” sem, no entanto, mudar. A mudança pode ocorrer por qualquer partido político, não importa a sua bandeira. Basta, no entanto, que esse partido se adapte, reproduza as velhas ideias como se fossem novas. Pode-se dizer de um partido político de segmento religioso, de ideias de esquerda, de direita, liberal, qualquer um. Mas é

[...] um partido político que, no entanto, deixou faz tempo de ser clandestino, mas que continua a levar a aura de um velho projeto que ele evidentemente abandonou, mas a que seu destino e seu nome permanecem ligados, que é o projeto, em última análise, de fazer nascer uma nova ordem social, de suscitar um novo homem. E, por conseguinte, até certo ponto, como uma contra-sociedade, uma outra sociedade, mesmo que não faça mais que reproduzir a que existe; e, por conseguinte, ele se apresenta, ele funciona internamente como uma espécie de outro pastorado, de outra governamentalidade, com seus líderes, suas regras, sua moral, seus princípios de obediência, e, nessa medida, ele detém, como vocês sabem, uma enorme força para se apresentar ao mesmo tempo como uma outra sociedade, uma outra forma de conduta, e para canalizar as revoltas de conduta, para tomar o lugar delas e dirigi-las (FOUCAULT, 2008b, p. 263)

Na distópica França de 2022 não há um ambiente catastrófico, como o de um Estado radical, que extermina aqueles que não aderem ao seu sistema. Pelo contrário, mantém-se uma sociedade que agrega os valores familiares, de um “novo pastorado”, mas que não deixa de ser pastorado. Há a manutenção ainda de uma sociedade que valoriza o lucro, a propriedade e todos os elementos que compõem o capitalismo moderno. E ao manter políticas neoliberais,

mantém-se o poder que incide sobre os corpos para que eles produzam mais, gerem mais lucros. O poder disciplinar e normalizador e a tecnologia do panoptismo (constituída sobre três elementos: sanção normalizadora, vigilância e a medição avaliativa, também conhecida como exame) continuam a atuar por meio de manuais (o livro de lições que François ganhou é um exemplo), pelas instituições (as escolas e universidades aderem a uma “ideologia muçulmana”) e a disciplina está a favor de um biopoder, atuando em uma esfera maior, através de biopolíticas, que envolvem questões como emprego (o islã diminui a taxa de desemprego graças a saída das mulheres da atividade pública), autoempreendimento e o casamento de interesse. Todos esses mecanismos inseridos na forma de micropoderes, – reproduzidos por professores, reitores, amigos, familiares etc – servirão ao estado na produção de subjetividades, na constituição de novos sujeitos muçulmanos e na reprodução de modelos e técnicas da pastoral cristã. Por isso, falou-se anteriormente, em um processo de cristianização do candidato Ben Abbes e de todos aqueles sujeitos reconhecidos como muçulmanos.

O biopoder atua para tornar os indivíduos produtivos e para que isso ocorra eles precisam ser/estar felizes. É com a promessa de felicidade que os indivíduos se tornam produtivos, pois trabalha-se com maior empenho. Para ser feliz, segundo a lógica neoliberal, é preciso obter bens que podem ser coisas materiais como carro, moradia e comida e bebida de boa qualidade. Mas também podem ser coisas não-materiais, produzidas, mas que podem ser materializadas e objetificadas, neste caso, o núcleo familiar com mulher e filhos. O maior “prêmio” concebido ao sujeito muçulmano para sua felicidade é a possibilidade de que ele tenha várias mulheres. Essa é a proposta de submissão a François. Abrir mão do seu ateísmo, da sua solidão, da depressão e em troca tornar-se muçulmano, deixar que eles ditem normas e digam o que fazer para ser feliz, ter várias mulheres, obter o emprego e prestígio de professor novamente. A pergunta é: como resistir a algo que te torna feliz e produtivo? Como resistir ao biopoder?

[4] “É a submissão”, disse suavemente Rediger. “A ideia assombrosa e simples, jamais expressada antes com essa força, de que o auge da felicidade humana reside na submissão mais absoluta. É uma ideia que eu hesitaria em expor perante meus correligionários, que eles talvez julgassem blasfematória, mas para mim há uma relação entre a absoluta submissão da mulher ao homem, tal como descreve *Histoire d’O*, e a submissão do homem a Deus, tal como encara o islã. Veja bem”, continuou, “o islã aceita o mundo, e aceita-o em sua integralidade, aceita o mundo *como ele é*, para falar como Nietzsche (HOUELLEBECQ, 2015, p. 219-220)

Paradoxalmente, o medo funciona de maneira produtiva. Thomas Lemke (2014), a partir de suas leituras de Foucault, compactua da ideia de que a cultura do medo é indissociável do liberalismo. É o medo que determina o sucesso ou o fracasso nos negócios e é também o responsável pelo aumento das tecnologias de segurança e, conseqüentemente, uma melhor eficácia no controle. Segundo o autor,

O medo transforma indivíduos saudáveis em pessoas assintomaticamente doentes, das quais se espera que tomem medidas preventivas, realizem regularmente *check-ups* para supervisionar e controlar os riscos que correm seus corpos. Aqui, o medo é um instrumento para cultivar um senso de suscetibilidade e vulnerabilidade. No contexto do governo neoliberal, o medo é a base para a constituição do sujeito responsável, confiável e racional. Ele tem uma qualidade civilizadora: os bárbaros não tem medo – é por isso que são tão perigosos. (LEMKE, 2014, p. 117-118)

Pelo trecho acima, percebe-se o dilema de François. É preciso agir racionalmente e, em primeiro lugar, ele deve reconhecer que é um indivíduo doente e que o medo que François sente por toda essa mudança é natural. Ora, ele não é um bárbaro, ele é civilizado e é normal ter medo. A literatura distópica traz um cenário atípico em que o medo (divulgado pela mídia pré-eleições e depois pelo próprio partido da Fraternidade em seu favor, após a vitória no pleito) funciona como mecanismo de subjetivação e objetivação de sujeitos. Uma distopia criada, mas que seus elementos primordiais de sustentação se fazem presentes na atualidade, nas mais diversas sociedades.

E não é em *Submissão* que o islã constrói essa distopia, essa França imperfeita. Ela já existe com suas imperfeições e seus preconceitos, porque todos esses elementos servem ao biopoder na constituição das subjetividades e, logo, à governamentalidade. Não se pode pensar de maneira simplista que um outro quadro proporcionaria “avanço”. É preciso, antes de conceber novos governos, pensar nas mecânicas de poder e nos processos de constituição dos sujeitos que atuam nas diversas esferas sociais. Do contrário, acontecerá sempre o que aconteceu a François, submeter-se ao biopoder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao perguntarmos, com a obra *Submissão*, de Michel Houellebecq, *Como eleger um presidente muçulmano no Ocidente?*, propomos analisar como se deu a formação das subjetividades do sujeito muçulmano, como os mecanismos de governo permitiram que fossem produzidos enunciados capazes de causarem efeitos, tanto naqueles que se consideram

muçulmanos, como nos que não se consideram e rejeitam tais práticas. E é a partir de uma economia, que compreende uma gestão familiar, com raízes em uma pastoral cristã, que esses sujeitos elaborarão sua resistência, tornando um de seus membros presidenciável em uma nação francesa de forte ligação cristã.

Não se pretendeu com este trabalho atribuir juízo de valor sobre como uma sociedade islâmica ser superior ou inferior a uma França com ideais baseados no cristianismo. O que apontamos, no decorrer do trabalho, foi a apresentação das técnicas de controle das sociedades, podendo ela ser cristã ou muçulmana, com o objetivo de disciplinar, induzir comportamentos, produzir sujeitos produtivos e dóceis. Todos esses mecanismos de subjetivação e objetivação funcionam por meio do Estado, a partir de dispositivos políticos e de segurança economicamente aceitos. A imagem do muçulmano como vilão é parte de um dispositivo de segurança que funciona pelo medo e que elege certos grupos como alvo. Eles se tornam exceção ou reverterem esse quadro, quando se tornam economicamente viáveis, adequados e docilizados pelas instituições. Um exemplo claro é o momento em que candidato à presidência se torna elegível apenas por ele ter se tornado moderado ou “cristianizado”. E ao deixar de ser vilão, o muçulmano assume uma nova posição-sujeito, mas alguém deve ocupar seu lugar para fazer com que o dispositivo de segurança continue em funcionamento por meio da existência do medo e, conseqüentemente, da polícia. E, em *Submissão*, é a figura de François, como ateu, professor universitário decadente e promíscuo, que vai se tornar o “novo vilão”.

A análise da obra *Submissão* funciona aqui como um exercício para nos situarmos na condição de estarmos diante de certos enunciados e não de outros em seu lugar. Não se trata de uma previsão do futuro, como geralmente as ficções científicas distópicas são caracterizadas, mas sim de uma análise das possibilidades do nosso presente. E se há, nas mais diversas sociedades os mais variados mecanismos de controle, sejam elas reais, imaginárias ou inspiradas umas nas outras, conseqüentemente, todas essas formas de controlar os indivíduos são responsáveis por fabricá-los (ou, em termos foucaultianos, subjetivá-los). Por outro lado, sempre haverá aqueles que rejeitarão tanto as formas de governar como os rótulos dados a cada indivíduo. Em resumo, a distopia, por distorcer a realidade criando outra, muito pior, cria também seus padrões e suas resistências. Na ficção ou na realidade, há os moldes que se encaixam perfeitamente e os que não se enquadram em nada, todavia, eles não devem ser descartados. Eles apenas reforçam que há um modelo a ser seguido. *Submissão* é uma distopia que traz seus indivíduos padronizados e suas resistências, e isso a torna mais

próxima da atualidade por dois grandes aspectos: por importar e produzir novas tecnologias de poder e por tratar de uma temática tão atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDRIDGE, A. *The scientific world view in dystopia*. Michigan: UMI Research Press, 1978.
- FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: *Microfísica do poder*. 11 ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979a.
- _____. Não ao sexo rei. In: *Microfísica do poder*. 11 ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979b.
- _____. O sujeito e o poder, in: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. (org.) *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 1995.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996.
- _____. A "governamentalidade", in: MOTTA, M. B. (org.) *Estratégia, poder-saber*. Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2003a.
- _____. Poder e saber, in: MOTTA, M. B. (org.) *Estratégia, poder-saber*. Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2003b.
- _____. *Nascimento da biopolítica: curso dado no collège de France (1978-1979)*. São Paulo, Martins Fontes, 2008a.
- _____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. Para além do bem e do mal, in: MOTTA, M. B. (org.) *Filosofia, diagnóstico do presente e verdade*. Ditos e escritos X. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.
- _____. Segurança, território e população, in: MOTTA, M. B. (org.) *Filosofia, diagnóstico do presente e verdade*. Ditos e escritos X. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.
- HUELLEBECQ, M. *Submissão*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- LEMKE, T. Os riscos da segurança: liberalismo, biopolítica e medo in: VACCARO, S. (org.); AVELINO, N. (org.) *Governamentalidade / Segurança*. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2014.
- REVEL, J. *Dicionário Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

SAMPAIO, S. S. *Foucault e a resistência*. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

SILVA, F. P. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault, in: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

Recebido em: 15/11/2016.

Aceito em: 07/04/2017.